

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS (ETAS)

SP 147 – km 210+500 – Ponte sobre o Rio Tietê

Contrato de obras

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS (ETAS)	1
I. Responsabilidades da Contratada.....	2
II. Requerimentos para a mitigação dos impactos ambientais.....	2
A. Supressão de Vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente	2
B. Áreas de Apoio – Canteiros de Obras, Depósitos de Material Excedente, Áreas de Empréstimo e Caminhos de Serviço.....	3
C. Recursos Hídricos.....	5
D. Processos Erosivos e Assoreamento.....	6
E. Resíduos Sólidos e Efluentes.....	6
F. Emissões Atmosféricas.....	8
G. Ruído	9
H. Produtos Perigosos	9
III. Requerimentos para a mitigação dos impactos sociais	10
A. Reassentamentos involuntários: desapropriação, deslocamento físico, restrição a acesso de moradores, servidões de passagem ou de trânsito. 10	
B. Comunicação e Reclamações durante a execução das obras.....	11
C. Condições de Emprego e Trabalho.....	11
D. Saúde e Segurança do Trabalho	12
IV. Equipe socioambiental da Contratada	14
V. Produtos e pagamento das ETAS.....	14
VI. Fiscalização	15

I. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. A Contratada é a responsável única e integral para o cumprimento das Especificações Técnicas Ambientais e Sociais (ETAS) descritas a seguir. A subcontratação de parte da obra não exime a Contratada da responsabilidade integral do cumprimento destas ETAS frente ao Contratante.
2. A Contratada deverá conhecer, cumprir e fazer cumprir todas as regulamentações, leis, decretos, normas e demais disposições governamentais de caráter socioambiental, incluindo os correspondentes as licenças ambientais, nos âmbitos federal, estadual e municipal que de uma forma ou outra se relacionam às obras objeto do Contrato. A falta de conhecimento de uma ou várias dessas normas, ou outras não especificamente indicadas e suas atualizações correspondentes, não a eximem da responsabilidade de cumprimento destas normas.
3. As regulamentações, leis, decretos, normas aplicáveis são apresentadas apenso a este edital, bem como a Ficha de Avaliação Ambiental e Social- FAAS e o Plano de Controle Ambiental das Obras – PCAO.
4. Os demais planos, estudos e programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental das obras será apresentado à Contratada no treinamento socioambiental inicial a ser realizado pela Supervisora Ambiental.
5. A qualidade ambiental e social requer evitar e mitigar os impactos ambientais e sociais negativos diretos e indiretos, potencializando a geração de impactos positivos associados às atividades, para as quais a Contratada deverá implementar ações de prevenção e correção de efeitos ambientais e sociais adversos durante todo o período de obras, e no período de encerramento das atividades.

II. REQUERIMENTOS PARA A MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

6. A Contratada deverá assegurar a proteção e minimizar o impacto ao meio ambiente na área de intervenção das obras e áreas de apoio necessárias. Neste objetivo, a Contratada deverá promover a instalação de equipamentos que contribuam com a eficiência energética e de utilização de água e implantar padrões de controle ambiental na obra, utilizando maquinários com critérios de sustentabilidade (baixa emissão de poluentes atmosféricos e de geração de ruído e consumo de combustíveis).
7. Para tanto, a Contratada deverá ter em sua Equipe Técnica, um Especialista em Meio Ambiente e um Especialista Social que serão responsáveis pelo treinamento da equipe de obras e atendimento às ETAS.
8. Cabe ressaltar que a Contratante fiscalizará as obras através de uma equipe de Supervisão Ambiental e será responsável pelo acompanhamento e verificação das medidas adotadas pela Contratada para assegurar a proteção ao meio ambiente e minimizar os impactos ambientais gerados pelas obras, observando, em especial, as seguintes atividades:

A. Supressão de Vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente

9. As atividades de supressão de vegetação e intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP deve seguir as seguintes instruções:

- Obtenção da Autorização de Supressão da Vegetação e Intervenção em APP = ASV e projetos de interferência no meio biótico: a Contratada deverá solicitar uma cópia da ASV e projetos à Contratante, responsável pela obtenção da licença.
- A Contratada deverá manter cópia da ASV na obra. Deverá também, instalar placas contendo as informações sobre a ASV, conforme a resolução SMA nº 58/2009, preferencialmente no início e término do trecho de obras, juntamente com a placa de identificação do empreendimento.
- A contratada deverá realizar a demarcação das árvores e delimitar os fragmentos florestais cuja supressão for autorizada pelo órgão ambiental, descritos nos projetos de interferência no meio biótico.
- A Contratada deverá realizar a demarcação da área autorizada para intervenção em APP, sendo proibida a execução de atividades além do permitido, através de estaqueamento, delimitação com fita e identificação simples com placa.
- A Contratada deverá realizar as atividades de supressão de vegetação mediante o acompanhamento de um profissional habilitado (biólogo, engenheiro florestal, agrônomo ou ambiental), responsável pela supervisão dessas atividades.
- A Contratada deverá utilizar motosserras devidamente cadastradas e licenciadas no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, sendo obrigatório o emprego de funcionários com capacitação e treinamento para manuseio dos equipamentos.
- O material lenhoso proveniente das atividades de supressão deve ser segregado (galhadas, raízes, troncos e galhos). Os troncos e galhos devem ser cortados em toras e acondicionados em leiras, dentro da faixa de domínio, ou conforme definição do Contratante. As galhadas e raízes devem ser destinadas à locais autorizados a receber esse tipo de resíduo. É expressamente proibido enterrá-los, abandoná-los ou queimá-los.
- O soterramento de árvores também é expressamente proibido, incorrendo em crime ambiental, sendo necessária a retirada do solo que a estiver recobrimdo, ou deve-se solicitar a supressão das árvores soterradas junto ao órgão ambiental.

B. Áreas de Apoio – Canteiros de Obras, Depósitos de Material Excedente, Áreas de Empréstimo e Caminhos de Serviço

10. A localização, utilização e recuperação das áreas de apoio (canteiros de obras, áreas de empréstimos de materiais, áreas de depósito de materiais e caminhos de serviço) é de total responsabilidade da Contratada, que deve selecionar áreas sem restrições ambientais e sociais, em acordo com a Resolução SMA nº 30/00.
11. As áreas de apoio localizadas fora da faixa de domínio devem ser cadastradas junto ao órgão ambiental, conforme legislação vigente, devendo seu Especialista Ambiental realizar o cadastramento e controle destas.
12. As atividades nas áreas de apoio só poderão ser iniciadas após a manifestação do órgão ambiental quanto a seu cadastramento.

13. As áreas de apoio devem ser identificadas com placas e delimitadas, a fim de impedir o acesso de terceiros, principalmente pela proximidade da área urbana de Anhembi.
14. Caso seja necessário realizar a supressão de exemplares arbóreos nativos nas áreas de apoio, a Contratada deverá realizar a solicitação ao órgão ambiental, sendo responsável pelas informações apresentadas, inclusive pelas medidas de compensação ambiental decorrentes desta ASV.
15. Sinalizar a entrada e saída de veículos conforme procedimentos preconizados no Manual de Sinalização do DER;
16. Canteiros de obras:
 - devem estar devidamente licenciados, devendo receber especial atenção, com a adoção de medidas de proteção ao meio ambiente específicas, como: implantação de coletores diversificados que promovam a coleta seletiva de resíduos; implantação de caixas separadoras de água e óleo na saída das plataformas de lavagem de veículos, oficinas e áreas de manutenção de maquinário, local de armazenamento de óleos e derivados; locais específicos, identificados e cobertos para armazenamento de resíduos, produtos químicos, insumos, entre outros e implantação de sinalização interna de segurança;
 - Manter todas as áreas do canteiro em condições adequadas de higiene.
 - Caso sejam implantadas unidades industriais (usinas de concreto, asfalto, solos) nos canteiros de obras, estas deverão ser devidamente licenciadas junto ao órgão ambiental.
 - É vetada a operação das unidades industriais sem a devida Licença Ambiental de Operação – LO.
17. Áreas de Empréstimo, depósitos de material excedente e caminhos de serviço:
 - Devem ser fisicamente delimitadas, com estacas, cercas e/ou faixas bem visíveis;
 - Na limpeza do terreno, a camada superior (top soil) deve ser removida e reservada para posterior utilização no encerramento das áreas, uma vez que a camada vegetal (germoplasma) presente no top soil contribui para o desenvolvimento natural e rápido da cobertura vegetal;
 - Implantar dispositivos de contenção de particulados visando evitar o carreamento de sedimentos para áreas vizinhas;
 - Observar e medir de forma expedita a profundidade do lençol freático antes de iniciar a exploração de áreas de empréstimo em relação com a profundidade de corte planejada evitando atingi-lo;
 - Não permitir o soterramento de vegetação remanescente, mesmo da parte inferior do caule, sob risco de morte do indivíduo arbóreo, o que é considerada supressão não autorizada pelos órgãos ambientais;
 - Utilizar a área de modo que a conformação topográfica resultante facilite a drenagem adequada durante a operação, bem como a recuperação da área ao final da utilização.
18. Após a utilização das áreas de apoio, a Contratada deverá adotar medidas de recuperação das áreas de apoio, através da limpeza e reconformação topográfica do terreno, recobrimento vegetal (preferencialmente utilizando o top soil proveniente da limpeza das áreas de apoio) e implantação de sistema de drenagem,

a fim de evitar o desenvolvimento de processos erosivos, ou conforme acordado com o proprietário.

19. A Contratada deverá solicitar o encerramento do cadastro das áreas de apoio, através de relatório contendo as medidas de recuperação adotadas, bem como fotos e termo de recebimento da área assinado pelo proprietário.

C. Recursos Hídricos

20. A Contratada deverá adotar medidas de proteção e de controle de impactos ambientais para todos os recursos hídricos que sofrerem intervenção durante as obras, devendo realizar a manutenção das medidas adotadas. Em particular, a Contratada monitorará regularmente a qualidade da água nos cursos d'água no perímetro das obras.
21. As áreas de intervenção nos recursos hídricos deverão ser delimitadas, conforme autorizado pelo órgão ambiental na ASV, segregando as APPs a serem preservadas, utilizando-se estaca, cercas e/ou faixas bem visíveis.
22. A Contratada deverá solicitar as Outorgas de Uso/Intervenção antes do início das intervenções nas travessias de drenagem.
23. Quando for necessário realizar a captação de água, a Contratada deverá solicitar outorga de captação de recursos hídricos junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.
24. É expressamente proibida a permanência/alocação de máquinas, veículos e equipamentos em áreas próximas à recursos hídricos, a fim de evitar a contaminação do solo e águas superficiais e subterrâneas em decorrência de possíveis vazamentos.
25. A disposição de resíduos sólidos ou líquidos de qualquer natureza nos corpos d'água, ou próximo a eles, é terminantemente proibida.
26. Em caso de vazamentos e/ou derrames de produtos perigosos, adotar os procedimentos previstos nas especificações técnicas para resíduos sólidos e efluentes líquidos perigosos (item **E**), além das instruções contidas no Plano de Ação de Emergência – PAE da Contratante.
27. A Contratada deverá implantar dispositivos de drenagem provisória, de contenção e disciplinamento de águas pluviais para o controle de processos erosivos nos taludes, em especial nas cabeceiras da ponte, a fim de evitar o carreamento dos sedimentos e consequente assoreamento dos cursos d'água, conforme especificações de controle de processos erosivos e assoreamento (item **D**).
28. Deverá implantar também dispositivos provisórios ou definitivos de proteção das margens dos recursos hídricos, quando da construção de obras hidráulicas, principalmente pontes e galerias, como enrocamentos, rip-rap, revestimento vegetal, barreiras de manta geotêxtil ou sacaria, ou outros que melhor se adequem à situação.
29. A Contratada deverá instalar dissipadores de energia hidráulica e soleiras nas canaletas e travessias, visando reduzir a velocidade de escoamento da água.
30. Caso seja constatado o assoreamento de qualquer curso d'água, a Contratada deverá proceder seu desassoreamento, mediante a obtenção das autorizações cabíveis (ASV para intervenção em APP e outorga para o desassoreamento).
31. A Contratada deverá evitar a realização de serviços de imprimação durante períodos de chuva ou mesmo, em momentos que antecedem episódios de chuvas.

32. Os serviços de limpeza do terreno, supressão de vegetação e terraplenagem também devem ser evitados durante as chuvas;

D. Processos Erosivos e Assoreamento

33. A Construtora deverá realizar os serviços de limpeza do terreno, inclusive as áreas de apoio, preferencialmente nos períodos secos, e avançar à medida que os trabalhos assim exigirem. A exposição demasiada do solo às intempéries físicas (ventos e chuvas principalmente) ocasionam a formação de processos erosivos e consequente assoreamento das áreas adjacentes e cursos d'água.
34. A Contratada deverá implantar dispositivos de drenagem provisória de contenção e disciplinamento de águas pluviais para o controle de processos erosivos superficiais nas cristas dos taludes de corte e aterro, ou onde se fizer necessário, tais como terraços, bacias de contenção, barreiras de contenção de manta geotêxtil ou linhas de sacarias, plantio de grama, canaletas provisórias ou outras medidas que melhor se adequem à situação. A associação de dois ou mais mecanismos de contenção garante um controle de carreamento de sedimentos mais eficiente.
35. Dissipadores de energia hidráulica e soleiras deverão ser instalados nas saídas d'água dos dispositivos de drenagem visando atenuar a velocidade de escoamento da água, além de evitar/minimizar a ocorrência de processos erosivos.
36. Deverão ser implantados sistemas provisórios ou definitivos de proteção das margens dos recursos hídricos, quando da execução dos aterros da nova ponte, tais como enrocamentos, rip-rap, revestimento vegetal ou outros que melhor se adequem à situação.
37. Os dispositivos de contenção provisória e/ou definitiva devem receber manutenções periódicas, ou mesmo substituição quando necessário, visando garantir seu funcionamento pleno.
38. A Contratada deverá executar o recobrimento vegetal dos taludes à medida que os trabalhos forem concluídos, através do plantio de grama em placa, semeadura ou hidro-semeadura, preferencialmente associando a semeadura ao emprego de biomantas (como as de fibra de coco) a fim de evitar a instalação de processos erosivos que tornem necessárias novas intervenções no local. Além de impedir o início dos processos erosivos ocasionados pelo impacto da chuva (efeito "splash"), as biomantas retêm a umidade da superfície sob sua proteção, o que contribui para um rápido desenvolvimento da cobertura vegetal.
39. Ao ser constatado assoreamento de recursos hídricos, que demandem a utilização de maquinário para efetuar o desassoreamento, este só poderá ser executado após obtenção da ASV (caso a intervenção esteja fora das áreas já autorizadas) e outorga do Departamento de Águas e Energia Elétrica.

E. Resíduos Sólidos e Efluentes

40. Definições. **Resíduos sólidos**, como definido pela Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) são: "material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou

em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”. **Efluentes** são definidos como: “os resíduos, na forma de líquidos ou de gases, provenientes das indústrias, dos esgotos, das redes pluviais e de outras fontes, que são lançados no meio ambiente”.

41. A Contratada é responsável pelos resíduos e efluentes gerados pelas empresas subcontratadas.

42. Resíduos sólidos não perigosos:

- A Contratada deverá manter em todas as frentes de obras e áreas de apoio (canteiros, depósitos de materiais excedentes e caixas de empréstimos), recipientes (coletores, tambores ou outros) para coleta de resíduos sólidos não perigosos gerados nesses locais, de modo a instituir a coleta seletiva dos resíduos.
- Esses recipientes devem conter cobertura para evitar o acúmulo de água e acesso de animais.
- Os resíduos devem ser acondicionados em sacos plásticos descartáveis, padronizados conforme normativa vigente e recolhidos diariamente.
- A Contratada poderá manter uma área de armazenamento provisório dos resíduos coletados nos vários pontos das obras, de modo a atingir um volume maior para destinação final. Esses locais devem ser cobertos e dispor de separadores (tapumes, paredes ou divisórias), ou utilizar contêineres visando manter a segregação correta dos resíduos e impedir sua exposição às intempéries, evitando assim impactos indesejáveis, como a aceleração do processo de decomposição dos resíduos, geração de odores desagradáveis, atração de animais de médio e pequeno porte, vetores de doenças, como moscas, ratos e insetos, entre outros.
- A Contratada deverá estabelecer uma frequência para que os resíduos sólidos sejam destinados a aterros sanitários licenciados.
- A utilização da coleta municipal de resíduos sólidos deve ser acordada e documentada junto à administração pública municipal (declaração da prefeitura), a qual deverá ser apresentada à Supervisora Ambiental.

43. Resíduos da construção civil:

- Os resíduos da construção civil se referem aos resíduos de concreto da ponte existente a ser demolida, às ferragens da ponte e aos resíduos da demolição de pavimento existente;
- Durante a demolição da ponte, a Contratada deverá seguir o projeto (DE-SP0000147-210.210-C01/019) devendo ainda tomar todas as medidas e cuidados possíveis para evitar a queda de resíduos no Rio Tietê, conforme solicitação do órgão ambiental;
- Deverão ser utilizados martelo hidráulico (picão) para demolição da laje e transversinas, posicionando-se a balsa sob o vão a ser demolido, a fim de que o material caia sobre a mesma, e não no rio;
- O concreto armado resultante do desmonte da ponte deverá ser alocado no canteiro de obras, onde será separado do componente ferroso e então, britado até o tamanho aproximado de brita 4;

- Os resíduos de concreto não devem ser dispostos próximo ao Rio Tietê, devendo o local ser sinalizado em decorrência do trânsito de veículos e maquinário;
- Os materiais resultantes são de propriedade da Contratante, cabendo a esta a decisão da destinação desses resíduos, que poderão ser doados às prefeituras municipais ou reutilizado em outras obras.

44. Resíduos sólidos e efluentes perigosos:

- A Contratada deverá manter no canteiro de obras, local específico para armazenamento de produtos perigosos, óleos, graxas e materiais contaminados com essas substâncias, tomando as devidas medidas de proteção ao meio ambiente, em acordo com a legislação vigente.
- A destinação final desses resíduos deve ser registrada e autorizada pelo órgão ambiental competente (obtenção do Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRI), ou contratar empresa especializada no transporte e destinação desses resíduos.
- A Contratada deverá solicitar as licenças de operação e autorizações de todos os prestadores de serviços terceirizados para transportar e/ou promover a disposição desses resíduos.
- A Contratada deverá manter os registros de coleta dos resíduos (manifesto contendo a identificação da empresa responsável, volume dos resíduos, data de coleta, entre outros) e apresentá-los quando solicitado pela Contratante, através de sua Fiscalização, Supervisora de Obras ou Supervisora Ambiental.

45. Efluentes.

- É vedado o lançamento direto de esgotos de qualquer natureza nos cursos d'água ou solo.
- É vedado o lançamento dos resíduos de cimento, lavagem de caminhões betoneira, lavagem do maquinário de obras diretamente no solo ou nos cursos d'água.
- A Contratada deverá manter banheiros químicos nas frentes de obras, obedecendo as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- A utilização do sistema de coleta de esgotos municipais, deve ser acordada e documentada junto à administração pública municipal (declaração da prefeitura).
- Caso as áreas de apoio não disponham de esgotamento sanitário municipal, deverá ser implantada unidade(s) de tratamento com tanques sépticos seguindo as normas e legislação vigente, sendo necessária a realização prévia de ensaios de infiltração específicos nos locais de instalação dos tanques sépticos.

F. Emissões Atmosféricas

46. A Contratada deverá realizar o controle e manutenção do maquinário e instalações industriais utilizados nas obras visando manter seu pleno funcionamento com emissão de particulados dentro das quantidades permitidas.
47. A Contratada deverá realizar medições periódicas das emissões atmosféricas do maquinário empregado nas obras utilizando, preferencialmente, a Escala Ringelmann, ou outra técnica prevista na legislação, seguindo obrigatoriamente as instruções e normas de medição. Esses procedimentos sempre deverão ser

registrados (planilhas de medição e fotografias datadas) a fim de comprovar sua execução, e deverão ser fornecidos ao Contratante, ou sua Fiscalização, Supervisora de Obras ou Supervisora Ambiental quando solicitado.

48. A Contratada deverá realizar a umectação das vias não pavimentadas para evitar a suspensão de material particulado.
49. O tráfego de caminhões contendo carga (especialmente solos e brita de qualquer tipo) deverá ser realizado com a carreta lonada, evitando a suspensão de material particulado ou a queda nas vias de circulação e/ou em veículos transeuntes.

G. Ruído

50. A Contratada deverá obedecer ao período de trabalhos, não anterior às 7:00 horas ou posterior às 19:00 horas. Quando forem necessários trabalhos em horários extraordinários, a Contratada deverá fazer uma comunicação pública local, através de rádio, jornais, informes, placas, faixas, ou outros métodos, principalmente à população da área afetada, a fim de evitar incômodos ou danos à população.
51. É vedada a utilização de explosivos nas atividades de demolição da ponte.
52. A Contratada deverá realizar manutenção periódica dos equipamentos e máquinas empregados nas obras visando baixos níveis de ruídos.
53. Os operadores de maquinários deverão utilizar obrigatoriamente os Equipamentos de Segurança Individual – EPI's necessários para minimizar os efeitos da poluição sonora produzida.
54. Quando solicitado pelos órgãos estaduais ou municipais competentes, considerando a proximidade de áreas urbanas, a Contratada deverá realizar medições de ruídos para comprovar o atendimento aos padrões legais admitidos.

H. Produtos Perigosos

55. Os produtos perigosos e/ou tóxicos deverão ser armazenados em local específico e identificado com placas de sinalização, com as respectivas Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, além de seguir as normativas vigentes.
56. O local de armazenamento deve ser impermeabilizado e coberto, dispondo de equipamentos de segurança e intervenção, não devendo estar próximo ao Rio Tietê.
57. Os caminhões espargidores deverão ser estacionados em local apropriado, de modo que os bicos espargidores fiquem sobre uma área impermeabilizada e protegida, devendo ainda, contar com recipiente de coleta de possíveis derramamentos de produtos. Essas áreas deverão contar com sistema coletor e separador de água e óleo (SAO).
58. As áreas de manutenção de equipamentos e maquinários também deverão contar com sistema SAO, que deverão receber verificação e manutenção periódicas.
59. O óleo coletado das SAO deverá ser disposto em recipientes (tambores, por exemplo) e armazenado em local específico, também dotado de SAO.
60. Caso a Contratada opte por manter um tanque de abastecimento de combustíveis no canteiro, deverá seguir a legislação vigente para instalação e utilização, mantendo medidas de proteção como instalação em área isolada, cobertura, sinalização, caixa de contenção de vazamentos e caixa coletora e SAO.

61. Em caso de acidentes que ocasionem o derramamento de substâncias perigosas, a Contratada deverá acionar imediatamente a Polícia Rodoviária, o órgão ambiental, o Corpo de Bombeiros e demais órgãos pertinentes, de acordo com o Plano de Ação de Emergências – PAE da Contratante.

I. Treinamento Ambiental

62. Os Especialistas Ambiental e Social da Contratada deverão elaborar e executar treinamentos dos funcionários envolvidos nas obras, através de palestras periódicas, Diálogos Diários de Segurança – DDSs, Diálogos Semanais de Segurança – DSSs, ou com periodicidade não superior à mensal.
63. Esses treinamentos deverão contar com diversos temas que objetivem ensinar, mostrar e conscientizar os funcionários sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e da segurança e saúde dos trabalhadores, devendo ainda envolver aspectos e temas sociais, visando garantir que a execução dos serviços esteja dentro dos padrões de qualidade ambiental e social.
64. Os treinamentos deverão cobrir todos os tópicos ambientais, exigências e problemas potenciais do início ao término das obras, considerando todos os aspectos das ETAS e PCAO.
65. Os treinamentos deverão ser registrados, minimamente através de planilha simples contendo local, data, temas desenvolvidos, identificação dos palestrantes, assinatura dos participantes e registro fotográfico.

III. REQUERIMENTOS PARA A MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS

A. Reassentamentos involuntários: desapropriação, deslocamento físico, restrição a acesso de moradores, servidões de passagem ou de trânsito.

66. Não estão previstas desapropriações, reassentamentos, deslocamentos físicos de pessoas ou restrições a acessos, servidões de passagem ou trânsito para a execução das obras.
67. A Contratada deverá tomar todas as precauções necessárias para evitar todo tipo de dano às pessoas ou bens de qualquer natureza, incluindo as propriedades contíguas à obra, sendo a único e exclusiva responsável pelo ressarcimento de danos e prejuízos que a obra e/ou suas dependências ocasionem a àquelas.
68. A fim de assegurar a manutenção dos serviços existentes nas áreas de influência direta, antes do início das obras, a Contratada deverá solicitar à Contratante que efetue a comunicação formal junto às entidades ou concessionárias de serviços (telefonia, esgotamento sanitário, distribuição de água e gás) para que realizem a relocação das infraestruturas que possam vir a ser afetadas pelas obras, de modo a não prejudicar a população usuária ou o andamento das obras. Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá prestar assistência na comunicação aos órgãos, entidades ou serviços afetados na área de influência do projeto.
69. A Contratada não poderá restringir o acesso de pedestres e veículos à suas moradias e/ou comércios durante as obras, evitando-o no máximo. Quando a restrição não puder ser evitada, um plano de manejo incluindo acessos temporários adequados e previamente acordado com os afetados será elaborado para a aprovação do Contratante. A Contratada implementará o plano, uma vez aprovado pelo Contratante.

70. A Contratada informará o Contratante se, durante as obras, se constatar a necessidade de servidões de passagem ou trânsito para as obras, incluindo informação sobre o tipo e dimensões para que o Contratante proceda com a solicitação da cessão de passagem.

B. Comunicação e Reclamações durante a execução das obras

71. A Contratada elaborará um Programa de Comunicação que terá por objetivo informar aos usuários, moradores, população lindeira e terceiros sobre os aspectos inerentes à obra desde antes do seu início, divulgando a programação das obras e as suas necessidades (restrições temporais de acessos, etc.), o avanço das obras e programação de aberturas de novas frentes, necessidade de paralisação das obras ou interrupção de tráfego, as medidas preventivas a serem adotadas para garantir a proteção ao meio ambiente e à população lindeira e usuários - incluindo prevenção para minimizar o potencial de propagação ou exposição da comunidade a doenças transmitidas pela água ou por vetores e doenças infecciosas e outras doenças sexualmente transmissíveis tais como HIV/AIDS, – que possam ser um risco associado ao influxo de mão de obra temporária ou permanente do projeto. O Programa também informará os canais e meios de comunicação pelos quais a população poderá manifestar suas dúvidas, queixas e sugestões. Incluirá também informação sobre coleta seletiva, abandono de animais domésticos, entre outros, e publicidade ao processo de licenciamento ambiental.

72. A Contratada organizará um mecanismo de recepção e atendimento de dúvidas e reclamações, no sítio das obras, para os casos que possam surgir durante as obras, sendo responsável pelo registro do dia da sua realização, resposta, data de resposta ou derivação ao Contratante se não estiver na sua área de abrangência. Uma planilha contendo os casos surgidos com as informações do processamento e resolução será apresentada à Fiscalização e à Supervisora mensalmente.

73. A Contratada divulgará os principais canais de reclamação organizados pelo Contratante, que a população pode utilizar: o telefone do serviço 0800 055 5510; o telefone (11) 3311-3120 – Ouvidoria; o telefone (11) 3311-1480 do SIC – Serviço de Informações ao Cidadão; e a página (website) do órgão na Internet: www.der.sp.gov.br.

74. Os cartazes de sinalização da obra indicarão claramente os canais de reclamação descritos no item 73, além do número de contato do Especialista Social da Contratada (escritório de apoio).

C. Condições de Emprego e Trabalho

75. A Contratada deverá conhecer e cumprir as disposições legais relativas à emprego e trabalho, incluído o trabalho infantil, e normas técnicas e regulamentadoras em vigor, inclusive a norma de Padrão de Desempenho 2 da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos do Banco Mundial (MIGA).

76. A Contratada deverá documentar e fornecer a cada trabalhador ao ser contratado, de forma clara e compreensível, as informações relativas aos seus direitos previstos na legislação trabalhista, incluindo os direitos a salários e benefícios;

77. A Contratada deverá respeitar as condições de acordos coletivos e o direito à organização livre; de acordo com o princípio da igualdade de oportunidades e no

tratamento justo, não fazendo discriminação em nenhum dos aspectos da relação trabalhista (recrutamento, contratação, remuneração, condições de trabalho e termos de contratação, treinamento, promoção, rescisão do contrato, aposentadoria e disciplina);

78. A Contratada deverá disponibilizar mecanismo de acesso fácil para reclamações aos trabalhadores e suas organizações, independente de outros recursos jurídicos, para que expressem suas preocupações quanto às condições de trabalho, com garantia de retorno aos reclamantes, sem qualquer retaliação.

D. Saúde e Segurança do Trabalho

79. A Contratada deverá conhecer e cumprir os diplomas legais relativos à Saúde e Segurança dos Trabalhadores, incluindo normas técnicas e regulamentadoras em vigor.
80. A Contratada deverá fornecer aos trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável, que leve em consideração os riscos inerentes de seu setor em particular e as classes de perigos específicos das áreas de trabalho, incluindo perigos físicos, químicos, biológicos e radiológicos; tomar medidas para prevenir acidentes, ferimentos e doenças resultantes, associadas ou ocorridas durante o curso do trabalho, segundo as boas práticas que incluem: a identificação de perigos potenciais para os trabalhadores, principalmente aqueles que possam ser um risco à vida; o fornecimento de medidas preventivas e de proteção, incluindo a modificação, a substituição ou a eliminação de condições ou substâncias perigosas; o treinamento de trabalhadores; a documentação e a divulgação de acidentes, doenças e incidentes ocupacionais; e organização para prevenção, preparação e resposta para emergências.

Saúde:

81. A Contratada deverá estabelecer procedimentos de segurança do trabalho, no âmbito da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, de modo a minimizar os riscos para os trabalhadores da obra.
82. A Contratada levantará os equipamentos de saúde existentes no(s) município(s) próximo(s) à obra, considerando a disponibilidade de equipamentos e especialidades necessárias.
83. A Contratada deverá manter um ambulatório médico no canteiro de obras, com as condições necessárias para prover os primeiros socorros aos trabalhadores, de acordo com a legislação do Ministério do Trabalho, sempre que as frentes de trabalho tenham 50 (cinquenta) ou mais funcionários.
84. A Contratada implantará um sistema para realização antecipada e periódica de exames médicos, para monitorar e prevenir a ocorrência de doenças ocupacionais
85. A contratada deverá conduzir um programa de conscientização/sensibilização sobre o HIV/AIDS, e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), programa este a ser desenvolvido e executado pelo responsável do ambulatório, com apoio do Especialista Social. Além disso, o profissional responsável pelo ambulatório localizado no canteiro de obras, deverá ter treinamento para o atendimento emergencial nos primeiros socorros para o caso de portadores de HIV/AIDS, além de ser capaz de fornecer orientações adequadas aos funcionários

a respeito de DST's, indicando os provedores de serviços autorizados (unidades de saúde) nas imediações para promover o diagnóstico precoce voluntário e tratamento em caso de diagnóstico positivo. Este programa incluirá campanhas de informação, comunicação e educação sobre os perigos e impactos do HIV/AIDS e outras DST's dirigidas aos funcionários, diretos e indiretos das obras; incluindo a comunidade. Neste último caso, o escopo das atividades será conforme a dimensão do risco associado ao influxo de mão de obra temporária ou permanente do projeto.

86. A informação deve ser comunicada de maneira simples, por exemplo, posters, cartazes e faixas em áreas de alto tráfego; devem ser disponibilizadas caixas destinadas à "Perguntas sobre a Saúde" no canteiro de obras ou outros locais convenientes para que os funcionários e trabalhadores possam anonimamente enviar perguntas sobre saúde e doenças sexualmente transmissíveis; a Contratada poderá utilizar como apoio os órgãos públicos de saúde, solicitando a visita de funcionários treinados de hospitais locais ou iniciativas do governo e Organizações Não Governamentais – ONGs para fornecer maiores informações aos funcionários das obras.
87. O contratante deve disponibilizar preservativos gratuitamente para os funcionários, diretos e indiretos, das obras.

Segurança do trabalho:

88. A Contratada deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC's, exigindo e verificando seu uso contínuo durante os trabalhos.
89. A Contratada deverá estabelecer procedimentos de segurança do trabalho, no âmbito da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, de modo a minimizar os riscos para os trabalhadores da obra.

Higiene e condições de trabalho:

90. A Contratada deverá manter as melhores condições possíveis que garantam a qualidade de vida e o saneamento nas instalações de apoio aos colaboradores, como as áreas de vivência nas frentes de obra, refeitórios, sanitários e vestiários no canteiro de obras.
91. Contar com água potável em quantidade correspondente ao necessário, bem como, contar com dispositivos de esgotos sanitários, como fossas sépticas, sumidouros ou filtros, de acordo com a NBR 7.229. Deverá ser previsto lavatório para cada grupo de 10 pessoas, equipado com recursos apropriados de higiene.
92. A Contratada deverá disponibilizar aos funcionários, instalados nos alojamentos dos canteiros de obras, equipamentos de lazer, que geram efeitos positivos sobre as condições físicas e psíquicas dos funcionários, tendo em vista a condição de confinamento a que estes ficam submetidos.
93. A Contratada instalará unidades industriais, britador, usina de concreto, asfalto ou solo/brita, além das oficinas mecânicas, longe dos alojamentos visando à proteção aos trabalhadores e aos moradores do entorno, em relação a material particulado em suspensão, ruídos e fluídos gerados nessas atividades.

IV. EQUIPE SOCIOAMBIENTAL DA CONTRATADA

94. A Contratada deve prever, na sua equipe, um Especialista Ambiental e um Especialista Social, que serão encarregados da verificação do cumprimento das presentes ETAS. O Especialista Ambiental, juntamente com o Especialista Social, deverá realizar os contatos com as autoridades regionais e locais quando se fizer necessário. Os Especialistas Ambiental e Social deverão prestar atendimento e/ou esclarecimentos à Fiscalização da Obra e à Supervisora.
95. O Especialista Ambiental deverá estar disponível no sítio das obras durante todo o período de obras. Seu envolvimento e permanência na área de obras será parcial apenas quando os trabalhos em execução o permitirem.
96. O Especialista Social efetuará uma inspeção das obras, no mínimo, uma vez por semana.
97. A equipe socioambiental será responsável pela elaboração e execução dos treinamentos dos colaboradores das obras.

V. PRODUTOS E PAGAMENTO DAS ETAS

98. Antes do início da execução das obras, a Contratada preparará um Programa de Gestão Socioambiental das obras, descrevendo as metodologias, os processos, os recursos, o cronograma, o sistema de monitoramento e de correção dos impactos gerados durante a fase de execução das obras, devendo considerar ainda o Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO elaborado no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental. O Programa de Gestão Socioambiental visa cumprir com as presentes ETAS, devendo a contratada manter um Especialista Ambiental e um Especialista Social no local das obras visando o atendimentos das especificações ambientais.
99. Nos relatórios mensais de execução das obras, a Contratada incluirá uma seção abrangendo:
 - Descrição das ocorrências socioambientais relevadas durante o mês;
 - Levantamento das não conformidades apontadas pela Supervisão Ambiental, bem como as medidas mitigadoras adotadas.
 - Registro de comunicações e reclamações de usuários, moradores e populações lindeiras e terceiros;
 - Informes de inspeções dos Especialistas ambiental e social, incluindo datas e registros fotográficos.
100. Pagamento: as especificações presentes nestas ETAS deverão ser verificadas e cumpridas pelos Especialistas Ambiental e Social, que deverão constar da Equipe Chave da Contratada.
101. Em caso de não cumprimento das especificações presentes nesta ETAS, fica a Contratada sujeita às sanções (administrativas, civis e penais) cabíveis emitidas por órgãos ambientais de fiscalização (CETESB, Ministério Público, Polícia Ambiental, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, entre outros) derivadas de eventuais vistorias desses órgãos.
102. A Contratante não cobrirá custos adicionais derivados da negligência da Contratada no cumprimento de suas obrigações inerentes às ETAS. Conseqüentemente, os danos causados ao ambiente e às habitações ou edificações

próximas, resultado de suas atividades de construção também serão de responsabilidade da Contratada, que os remediará às suas custas.

VI. FISCALIZAÇÃO

103. A fiscalização das obras e do cumprimento das presentes ETAS será realizada pelo Contratante através de uma equipe Supervisora de Obras e uma equipe Supervisora Ambiental a serem contratadas.
104. A Contratada deverá designar representantes para acompanhamento das vistorias da Supervisora Ambiental, sobretudo o Especialista Ambiental ou encarregado de obras quando solicitado.
105. É obrigação da Contratada facilitar o acesso à informações e documentos a Fiscalização e/ou Supervisora Ambiental.
106. O cumprimento das não conformidades apontadas pela Supervisora Ambiental é essencial para a manutenção da qualidade ambiental e social da obra, sendo obrigatório o atendimento a todas as não conformidades até a conclusão das obras.